

# poesia e golpe no brasil, 1964 e 2016

PÁDUA FERNANDES

## 1. Golpes de Estado e datas da poesia brasileira: há similaridades entre 1964 e 2016?

Tempos progressivamente estranhos no Brasil. Enquanto a direita e a ex-esquerda bradam que as instituições estão a funcionar normalmente, e talvez o terror, o saque e a ignomínia sejam, de fato, a normalidade das instituições (agora mais visível), outros sustentam que houve um golpe em 2016, com a derrubada da presidenta da república, Dilma Rousseff, por meio de um processo de «impeachment».

A situação atual é diferente de 1964, época em que ocorreu o uso da força militar, que recebeu a garantia armada, que se verificou não necessária, dos Estados Unidos na Operação *Brother Sam*. Em 2016, outra conjunção ocorreu: parte do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, com mobilizações de rua patrocinadas pela grande imprensa e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), uniram-se durante operações judiciais contra a corrupção, inicialmente orientadas para políticos do PT e seus satélites, mas que ameaçavam atingir outros nomes do sistema político brasileiro.

Alguns dirão que «A aparente legalidade não esconde, entretanto, o golpe articulado por forças retrógradas que se instalaram no poder e esforçam-se por dar uma guinada ultraliberal na economia, diminuir conquistas dos trabalhadores, limitar políticas sociais e restringir direitos

humanos»<sup>1</sup>. Outros defendem que, «sob o ponto de vista técnico, de teoria do Estado», não se trata de golpe, mas de «medida de exceção»<sup>2</sup>.

Temer tornou-se o primeiro presidente da República no Brasil a ser investigado por crime comum durante o mandato (alguns dos quais, por sinal, ele confirmou em entrevista dada a jornal no primeiro semestre de 2017, reiterando o conteúdo de conversa gravada com empresário corruptor em reunião secreta às altas horas da noite<sup>3</sup>). O Legislativo conta, entre outros nomes, com um senador, protegido por seus pares e pelo Supremo Tribunal Federal, gravado em conversa em que sugeriu, sobre quem deveria pegar o dinheiro criminoso, «tem que ser um que a gente mata ele antes de fazer a delação»<sup>4</sup>. No Judiciário, envolvi-

1 Lara, Silvia Hunold. «O ofício do historiador e os formadores de quadrilha», in: Mattos, Hebe; Bessone, Tânia; Mamigonian, Beatriz G. (org.) *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016: A força do passado*, São Paulo: Alameda, pp. 225-228, 2016, p. 225.

2 Serrano, Pedro Estevam. «Impeachment de Dilma: golpe ou medida de exceção?», in: Proner, Carol et alii (org.). *A resistência ao golpe de 2016*, Bauru: Canal 6 Editora, pp. 337-338, 2016.

3 *Folha de S. Paulo*. «"Se quiserem, me derrubem", afirma Temer ao negar de novo a renúncia», 22/5/2017, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1886163-se-quiserem-me-derrubem-afirma-temer-ao-negar-de-novo-a-renuncia.shtml>

4 O senador Aécio Neves foi candidato a presidente da república em 2014 pelo PSDB e ficou em segundo lugar, tendo se movido desde então para derrubar o governo eleito. Em relação a mortes recentes na política brasileira, deve-se lembrar que o pequeno avião onde estava o magistrado do Supremo Tribunal Federal que estava a cargo de casos da Operação «Lava Jato» caiu misteriosamente no início de 2017, antes que determinasse a liberação de informações do processo. Para

do na questão desde sua alta cúpula, encontramos um magistrado que é, segundo o constitucionalista Conrado Hübner Mendes, «um guia passo a passo da improbidade judicial»<sup>5</sup>, o que inclui relações íntimas com seus investigados, inclusive Temer.

O «impeachment», desvinculando o governo do voto popular e mesmo de qualquer popularidade levou à implantação de uma agenda neoliberal rejeitada nas eleições de 2014. Temer tem 3% de aprovação em pesquisas, mas, sem uma imprevisível revolta nas ruas, somente uma rebelião da direita no Congresso o ameaçaria. Não tem poder para isso a esquerda, exausta de tanta «governabilidade», expressão usada pelo PT e que significava nada menos do que premiar grupos conservadores com programas, cargos, verbas e contratos. A inusitada estratégia fez o partido perder o governo para o adversário que ele mesmo fortaleceu<sup>6</sup>.

---

seu lugar, Temer indicou um político do PSDB e também professor de direito constitucional, que teve crimes de plágio denunciados na mesma época (*Jornalistas Livres*. «Mais um plágio de Alexandre de Moraes», 10/02/2017, disponível em <https://jornalistaslivres.org/2017/02/mais-um-plagio-de-alexandre-de-moraes/>).

5 Mendes, Conrado Hübner. «Por quem Gilmar Mendes se dobra?», *Folha de S.Paulo*, 31/08/2017, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/08/1914491-por-quem-gilmar-mendes-se-dobra.shtml>.

6 Alguns analistas veem na falta de entusiasmo do PT contra o PMDB, com quem já está a tramar alianças regionais, reside no interesse de vê-lo continuar governando desastrosamente até as eleições de 2018, o que favoreceria a vitória de Lula em 2018 ou, se o Judiciário, sempre seletivo em suas decisões, resolver impedi-lo de concorrer, do candidato que ele apontar. Paralelamente a isso, Temer, Gilmar Mendes e aliados têm procurado conceber como mudar o regime de governo no país; dessa forma, muitos especulam que talvez não haja eleições para a presidência da república em 2018, ou que se alcance alguma forma de cassar o voto popular de novo ano que vem, talvez com a instauração do parlamentarismo. Há o precedente da «solução parlamentarista» na época de João Goulart, cuja posse muitos militares queriam impedir em 1961 depois da renúncia de Jânio Quadros. Um plebiscito rejeitou a

A desvinculação entre governo e soberania popular tem possibilitado cassação mais ou menos paulatina dos direitos sociais do povo brasileiro, bem como a intensificação do ataque legislativo aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais: a Constituição de 1988, que marcou a democratização do país depois de pouco mais de duas décadas de ditadura militar, tem sofrido diversos ataques.

A palavra golpe parece um eufemismo para este desastre, e sua vítima é o povo brasileiro, com a rápida devastação de direitos, liberdades e patrimônio público promovida pelos que estão à frente dos três Poderes instituídos e seus auxiliares na sociedade civil.

Gostaria, neste breve texto, de pensar se esse golpe tem sido objeto da poesia brasileira contemporânea (ainda mais sobre a variada produção de *slam poetry* e do *rap*, que não mencionarei aqui), e se ele ecoa o de 1964. É provavelmente cedo demais para fazer um panorama de hoje, mas não sobre 1964. Meio século depois dos acontecimentos, a ensaísta brasileira Iumna Maria Simon, na conferência «Poesia brasileira e o golpe de 1964», pôde constatar:

---

*Eu quero dizer que 1964 não é uma data da poesia brasileira. Nem o golpe gerou de imediato obras poéticas importantes e uma reconsideração dos fatos do passado e do presente, nem a poesia teve sequer um papel menor no momento do golpe. Não se conhecem folhetos clandestinos, livros subterrâneos, declarações ou bordões nascidos das declarações da época ou do momento. Pensemos por exemplo no humorismo do Febeapá de Stanislaw Ponte*

---

permanência do parlamentarismo em 1963, e o golpe civil-militar acabou ocorrendo no ano seguinte.

*Preta e logo nos daremos conta de que os poetas não responderam à altura do desastre*<sup>7</sup>.

Ela analisou as revistas da época e lamentou a «prudência excessiva dos poetas» e o compartilhamento do «imaginário do progresso desencadeado pelas iniciativas pró-capitalistas da ditadura militar», imaginário que provinha do mandato de Juscelino Kubitschek. A poesia teria ficado aquém, na resposta ao golpe, do teatro e da música. Um poeta como Carlos Drummond de Andrade, lembrou Simon, mostrou-se favorável ao golpe.

Faço notar que a visão da autora sobre 1964 pode ser corroborada por uma leitura do crítico Wilson Martins, por sinal favorável ao golpe (ele o chamava de «revolução», tendo acusado Goulart de tentar «anestesiá-lo» as Forças Armadas<sup>8</sup>). Ele destacou como poesia política naquele ano um poema inofensivo de Lêdo Ivo sobre Rei Midas...

Também lembro que houve escritores golpistas. Augusto Frederico Schmidt, visto por alguns como o maior poeta de seu tempo, o que hoje parece espantoso, mas indicava a ainda difícil recepção dos grandes poetas modernistas (João Cabral de Melo Neto conta que Bandeira ficou surpreso ao ouvi-lo dizer que o maior poeta era Drummond, e não Schmidt), fez campanha contra o governo de João Goulart na imprensa. Escreveu que «Mil vezes preferia eu derrubar Goulart, armá-lo uma cama-de-gato, livrar a Nação de sua suserania.»<sup>9</sup>.

7 Seminário *O golpe militar e a cultura brasileira*. 17-19/09/2014, na Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=25178>>.

8 Wilson Martins. *Pontos de vista (crítica literária)* 6 1964/1965, São Paulo: T. A. Queiroz, 1993, p. 125.

9 Augusto Frederico Schmidt. *Prelúdio à revolução*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1964, p. 134.

Os artigos foram recolhidos em livro que saiu pouco depois do golpe.

Marcelo Ridenti, em seu livro sobre as apostas em uma revolução brasileira, a brasilidade revolucionária, destaca também outras artes, e não a poesia:

*Depois do golpe de 1964, a brasilidade revolucionária pode ser encontrada nas canções de Edu Lobo, Geraldo Vandré e outros; nos desdobramentos da dramaturgia do Teatro de Arena — como a peça Arena conta Zumbi e sua celebração da comunidade negra revoltosa — ; e especialmente no romance Quarup, de Antonio Callado (1967), que exaltava a comunidade indígena e terminava apontando a via da revolução social [...]*<sup>10</sup>

Como Simon faz notar, a situação mudou nos anos 1970. Heloisa Buarque de Holanda pôde, com toda razão, iniciar a célebre antologia *26 poetas hoje*, de 1976, com a constatação: «Curiosamente, hoje, o artigo do dia é poesia».

Pode-se dizer o mesmo do ano de 2016? Em outra diferença em relação a 1964, surgiram em 2016 várias produções poéticas (também em 2017, em reação à situação desastrosa do país), cujo valor ainda está para ser avaliado. No entanto, para seu discurso de despedida, em 31 de agosto de 2017, Dilma Rousseff preferiu citar Maiakóvski<sup>11</sup>, um valor literário mais seguro, e não poetas brasileiros.

10 Marcelo Ridenti. *Brasilidade revolucionária*, São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 90.

11 *Diário de Pernambuco*. «Poema lido por Dilma Rousseff é de russo conhecido como Poeta da Revolução», 31/08/2016, disponível em [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/08/31/internas\\_viver,662839/poema-lido-por-dilma-rousseff-e-de-russo-conhecido-como-poeta-da-revol.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/08/31/internas_viver,662839/poema-lido-por-dilma-rousseff-e-de-russo-conhecido-como-poeta-da-revol.shtml).

## 2. Poetas em 2016, a favor e contra a derrubada do governo brasileiro.

Como em 1964, poetas tiveram alguma participação na campanha para derrubada do governo. Por exemplo, em plena campanha contra a presidenta e contra o PT, o jornal *Folha de S. Paulo*, que nela se engajou a fundo, pediu a poetas que escrevessem a partir de trecho da notícia «Antena perto de sítio foi um presente da Oi para Lula», insinuando corrupção do ex-Presidente da República. Dois fatores tornavam a situação ainda mais insólita: os poetas deveriam utilizar somente palavras que aparecessem na matéria, e ela foi publicada na seção de política do periódico<sup>12</sup>, algo completamente incomum para a poesia.

Chacal debochou da iniciativa em seu poema; os outros, no entanto, seguiram a proposta, cometendo paráfrases, fichamentos, destacando palavras-chave, o que resultou em textos não exatamente brilhantes, o que deve ser dito também de Ferreira Gullar, que era, entre esses autores, o que detinha uma agenda pública visível de derrubada do governo na sua coluna no mesmo jornal. Para destilar seu preconceito de classe e mencionar o dedo mutilado de Lula<sup>13</sup>, feriu as regras de composição dispostas.

12 A matéria está disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744006-folha-desafia-9-poetas-a-escreverem-usando-palavras-de-uma-noticia-veja.shtml>. O leitor ainda era convidado a escrever o seu próprio poema segundo as regras e mandar para a redação, talvez numa esperança de provocar uma insurreição literária.

13 Lula perdeu um dos dedos em acidente de trabalho; a mutilação e a morte de trabalhadores são problemas gravíssimos no Brasil, onde a segurança do trabalho não tem efetividade e a legislação penal que responsabilizaria os empregadores é ignorada. O deboche em relação a essa mutilação, corrente na direita brasileira, é mais um exemplo do baixo nível ético das elites brasileiras.

Muito mais poetas, no entanto, escreveram contra essa campanha política e a derrubada do governo. Foi lançado até mesmo um livro *ready-made, Sessão*, do carioca Roy David Frankel<sup>14</sup>, consistente em um recorte da sessão do *impeachment*, com as palavras dispostas em versos livres. Cito um trecho:

*Portanto, Sr. Presidente, fix  
o meu registro na  
Casa por três  
vezes...*

Como vota, Deputado?

*...e continuo com a minha posição:  
eu não  
vou lavar as minhas mãos,  
como Pôncio  
Pilatos.*

Como vota, Deputado?

*Eu voto  
não, Sr.  
Presidente.*

O recorte não subverte o sentido daquela sessão parlamentar, tampouco lhe aduz significado, o que significa que o trabalho poético não se realiza. Não cumpre também alguma função de recuperação da memória política, visto que a sessão pode ser

14 Frankel, Roy David. *Sessão*, São Paulo: Luna Parque, 2017, disponível em <http://www.lunaparque.com.br/single-post/2017/10/18/Download-gratuito-do-livro-Sessão-de-Roy-David-Frankel>.

facilmente lida em Diário Oficial ou vista na internet. É certo que, se o livro fosse publicado cem anos antes, teria a novidade da forma.

A única graça do poema, perdida ao longo de dezenas de repetições, é alinhar à direita palavras como Brasil, brasileira, brasileiro, brasileiros, País e República:

*Em homenagem aos homens e  
mulheres do  
Brasil  
que lutaram e lutam pela  
democracia, eu voto  
não. Eu voto não, contra  
o golpe!*

A forma do verso livre é tratada como fetiche neste discurso da prosa. O posfácio de Eduardo Coelho tenta encontrar alguma graça nisto: «A força do poema *Sessão* parece concentrada, portanto, nestes dois gestos: o que se apropria dessas declarações de voto e o que busca manipular formalmente o seu conteúdo — na maior parte das vezes por meio de versos livres».

Trata-se, com razão, dos dois pontos estratégicos do projeto, e o livro fracassa justamente por causa deles, da insuficiente formalização a partir dos materiais tão pobres em inteligência e em criatividade que são, em geral, os discursos de deputados federais brasileiros.

Mais interessante foi a *performance* poética da poeta pernambucana Adelaide Ivánova, *Fruto estranho*<sup>15</sup>, realizada no Festival Literário de Paraty em julho de 2017. A autora mencionou o golpe contra Dilma Rousseff e a tortura

sofrida pela então guerrilheira durante a ditadura militar.

No entanto, em termos formais, não havia inovação alguma, pelo contrário: a *performance* consistiu em leitura de poema que se estruturava como uma lista de mulheres assassinadas, em geral por feminicídio; não são mostradas as imagens, e a autora repete «a foto do corpo está *on line*», ou «o vídeo está *on line*».

As mortes não são iguais: algumas são feminicídios, outras são de militantes de direitos humanos que foram mortas por isso, e não em por serem mulheres; várias outras eram guerrilheiras que lutaram contra a ditadura militar. Das guerrilheiras assassinadas e/ou desaparecidas, muitas delas estupradas pelos agentes da repressão, chega-se ao número de feminicídios no Brasil, e de que não há fotos. Também não há fotos da tortura de Dilma Rousseff, que Ivánova compara com a morte de vítima de feminicídio, Eliza Samúdio. No entanto, existem «fotos» das imagens que foram usadas na campanha pelo «processo fajuto de impeachment», inclusive as que sugeriam seu estupro, crime tantas vezes «normalizado» pela direita brasileira. Daí, a poeta salta para as mulheres de Papua Nova Guiné.

A longa lista com breves descrições das mortes gera a equalização das diferentes mortes e das trajetórias muito diversas, e acaba por esvaziar a especificidade das lutas de cada um daqueles nomes. Ela opera também uma estranha homogeneização do feminino: por exemplo, a crua justaposição de Eliza Samúdio, por cuja brutal execução e desaparecimento foi preso um famoso jogador de futebol no Brasil, Bruno Fernandes, e Dilma Rousseff, parece pouco pensada e formalmente forçada.

15 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sameT-la618&t=>.

Lembremos de Ana Cristina Cesar sobre o feminino na literatura: «Não seria melhor deixá-lo à deriva, errante conforme nos sopra o que há de feminino na linguagem?»<sup>16</sup>.

Amelinha Teles, em sua indispensável obra sobre a história do feminismo no Brasil, vê «situações similares nos dois grupos, os de mortos e desaparecidos políticos e o das mulheres assassinadas»<sup>17</sup>; no entanto, persiste uma diferença de visibilidade:

*Os familiares dos desaparecidos políticos conseguiram transformar a dor em luta e fazem o luto ainda hoje [...] Conseguiram ganhar uma ação na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), que condenou o estado brasileiro [...] Com esse resultado, conseguiram que o estado brasileiro instalasse a Comissão Nacional da Verdade. No caso das famílias das mulheres assassinadas, quando conseguem participar e organizar alguma luta, o fazem de maneira quase invisível.*<sup>18</sup>

16 Cesar, Ana Cristina. *Crítica e tradução*, São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 248. É importante lembrar da obra de Ana Cristina Cesar, que refletiu sobre o feminino na dupla condição de crítica e poeta, no momento em que jovens autoras negam o passado das lutas históricas das mulheres no país e pretendem que em 2012 «o feminismo (enquanto resistência organizada) mal existia no país.» (afirmação de Adelaide Ivánova em «Como age, pensa e o que é uma mulher», *Pernambuco: Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado*, n.º 139, set. 2017, p. 14. Disponível em <http://www.suplementopernambuco.com.br/edições-anteriores/77-capas/1943-como-age,-pensa-e-o-que-é-uma-mulher.html>) Por sinal, se isso fosse verdade, Rousseff, que recebeu o apoio de diversos grupos de mulheres, talvez nem tivesse sido eleita em 2010.

17 Teles, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 300.

18 *Op. cit.*, p. 300-301.

Tudo isso indica a insuficiência da forma adotada por Ivánova, que, de fato, não dá a ver: a internet «tem a foto» de algumas daquelas mulheres, mas o poema não consegue construir-lhes a imagem, tampouco transformar em poesia a impossibilidade de um retrato. E isso seria vital para denunciar o apagamento especialmente das mulheres vítimas de feminicídio.

Foi lançada, em 2016, na internet, uma extensa antologia com poetisas (ela inclui trecho do livro de Frankel), mas também prosadores, desenhistas, cartunistas, sobre o golpe de 2016. Em novembro de 2017, ela foi publicada de forma impressa em uma edição ampliada, com orelha de Dilma Rousseff. Steffani Marion idealizou o projeto, com a organização dele e de Ana Rüsche, Carla Kinzo, Lilian Aquino e Lubi Prates.

Em 2013, outra coletânea poética de intervenção na realidade, *Vinagre: uma antologia de poetisas neobarracos*<sup>19</sup>, com textos sobre a repressão política às manifestações daquele ano, organizada pelos poetas Fabiano Calixto e Pedro Tostes, evidenciava a virada política da poesia contemporânea brasileira. Sobre a obra, Gustavo Silveira Ribeiro escreveu que «Longe de ser fruto das circunstâncias ou de paixões fortuitas, o livro é expressão (quem sabe mesmo a consolidação) de uma tendência específica no cenário da poesia brasileira contemporânea»<sup>20</sup>. Creio que a antologia contra

19 Por meio desta ligação, é possível consultar suas duas edições: <https://escamandro.wordpress.com/2013/06/25/vinagre-uma-antologia-de-poetas-neobarracos/>.

20 Ribeiro, Gustavo Silveira. «A noite explode nas cidades. Três hipóteses sobre *Vinagre: uma antologia de poetisas neobarracos*». *Outra Travessia*, n.º 20, pp. 165-183, 2.º Semestre de 2015, p. 166, disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/44923>.

o golpe, embora com uma orientação curatorial muito diversa (ela não se caracteriza pela dispersão da antologia do vinagre, e a adesão dos autores não era livre), confirma essa análise.

Não comentarei os textos, pois estou entre os autores que atenderam ao chamado dos organizadores, e sim o prefácio da escritora e filósofa Marcia Tiburi. A autora enuncia que «Nenhuma teoria da poesia é capaz de dar conta do golpe. Não é possível uma teoria do conhecimento do golpe. Uma filosofia política do golpe. Uma estética do golpe. O golpe não se explica na ciência, na medicina ou na botânica, na antropologia ou na psicologia [...]»<sup>21</sup>; as estranhas afirmações são alinhadas apesar de existir uma filosofia política sobre o golpe de Estado. É curioso que a filósofa se refira também a uma inexistência de uma estética, pois, quando a expressão golpe de Estado surge, no século XVII, ela está justamente ligada a «uma dramaturgia que remete a uma teatralização do poder»<sup>22</sup>.

Ela continua, em tom apodíctico, e chega a estas sentenças: «Não existe uma poética do golpe. Nenhuma elaboração do golpe é suficiente, nunca entenderemos o golpe, por mais que o golpe seja contra todos, seja contra nós, seja contra cada um»; enfim, «A poesia é o fora do texto para onde o texto olha a abrir com as armas perigosas da palavra a passagem para a vida revolucionária»<sup>23</sup>.

21 Tiburi, Marcia. «Prefácio», in: Rüsche, Ana; Kinzo, Carla; Aquino, Lilian; Prates, Lubi; Marion, Steffani (org.). *Golpe Antologia-Manifesto*, São Paulo: Nosostros Editorial, p. 7-10, 2017, p. 8.

22 Vidal, Laurent. «No Brasil, o golpe de Estado como dramaturgia clássica», in: Mattos, Hebe; Bessone, Tânia; Mamigonian, Beatriz G. (org.), *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016: A força do passado*. São Paulo: Alameda, pp. 271-274, 2016, p. 272.

23 *Op. cit.*, p. 9.

Da impotência do entendimento, dos golpes desferidos «contra nós», chegamos à vida revolucionária, sem, realmente, mediação. Aparentemente, cria-se uma dicotomia entre o golpe, que não podemos conhecer, e essa vida revolucionária, a que chegaremos, talvez, mesmo sem grande entendimento. A poesia relaciona-se com a segunda, mas não com a primeira, à qual não tem acesso, tampouco a filosofia, e o texto encerra-se dessa forma, como se a revolução fosse mais concebível e viável do que o golpe, o que me parece completamente desmentido pelos fatos.

Os impasses da reflexão de Tiburi sobre o golpe (não sobre os textos da antologia, que ela decidiu não mencionar no prefácio), bem como os problemas formais dos poemas que antes mencionei parecem estar em paralelo com os impasses políticos da conjuntura no Brasil, bem como a dificuldade de caracterizar o desastre em que mergulhou o país, e de que é sintomática a afirmativa de Lula em 30 de outubro de 2017 de que está «perdoando os golpistas que fizeram esta desgraça ao país», em infeliz referência a Juscelino Kubitschek, que perdoou os golpistas de 1964 e foi assassinado (Lula descuida deste detalhe) pela ditadura militar<sup>24</sup>. Talvez o fato de as continuidades com a ditadura serem anteriores a 2016, em razão das deficiências democráticas da própria transição política, dificulte a análise da conjuntura, especialmente quando feita por atores que fizeram parte daquelas deficiências.

24 Linhares, Carolina. «Lula diz que está perdoando os golpistas e trará democracia de volta», *Folha de S. Paulo*, 30/10/2017, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1931675-lula-diz-que-esta-perdoando-os-golpistas-e-trara-democracia-de-volta.shtml>

### 3. Poetas contra as continuidades da ditadura: Alberto Pucheu e Reuben da Rocha

Se 2016 desperta lembranças de 1964 e revela os fracassos da transição política e a violação da Constituição de 1988, deve-se lembrar que o malogro da justiça de transição e o descumprimento frontal da Constituição democrática são anteriores. Um dos projetos etnocidas e ecocidas da ditadura militar, a usina hidrelétrica de Belo Monte, foi decidida pelo governo Lula e realizada em brutal desrespeito aos direitos dos povos indígenas e às normas constitucionais (o Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática, garantiu o afastamento das normas constitucionais em nome da «economia pública») e internacionais. Rousseff, em 2011, lançou um ataque ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos (algo a que a ditadura militar também não se furtou), que editou decisão contrária à construção.

Durante as últimas investigações de corrupção, empreiteiras delataram esquemas de corrupção para a construção da hidrelétrica, que teriam irrigado o PT e o PMDB em campanhas eleitorais desde 2010. A escritora Eliane Brum comentou:

*Se o esquema de propinas ainda precisa ser comprovado, as violações de direitos humanos e a destruição ambiental produzidas pela hidrelétrica estão fartamente documentadas. Mas a esquerda ligada ao PT silenciou sobre essa violência todos esses anos.[...] Se o tema dos direitos humanos não é exclusivo de um campo ideológico, é certo que sempre foi um tema caro à esquerda. Por ter silenciado, esta esquerda se deslegitima.<sup>25</sup>*

<sup>25</sup> Brum, Eliane. «O que Belo Monte delata sobre todos os lados», *El País*, 11/4/2016, disponível em <https://brasil.elpais.com/>

Brum, ressalte-se, foi contrária ao *impeachment*: «Defender o voto da maioria não é uma escolha, mas uma obrigação. Defendo a manutenção do Estado de Direito porque defendi a manutenção do Estado de Direito que os governos de Lula e de Dilma Rousseff romperam para materializar Belo Monte».

Outra brutal continuidade da ditadura foi o fato de o Supremo Tribunal Federal ter decidido, em 2010, que a lei de anistia da ditadura protegia os assassinos e torturadores daquele regime, com a tese de que uma emenda à Constituição, já revogada, da ditadura predominava sobre a Constituição, vigente, de 1988, o que significou, em termos jurídicos, a anulação da transição política. O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de ter sido perseguido e preso durante o governo do General Figueiredo, pessoalmente pediu aos magistrados que votassem a favor da lei de anistia<sup>26</sup>. No mesmo ano, a Corte Interamericana de Direitos Humanos decidiu em sentido contrário ao do tribunal brasileiro.

Não surpreendeu, portanto, a decisão de Rousseff em dezembro de 2014 de simplesmente arquivar o relatório da Comissão Nacional da Verdade, que estipulava diversas recomendações, nos volumes I e II, para enfrentar o legado do passado autoritário. Já haviam acontecido as Jornadas de Junho de 2013 (assunto da antologia do vinagre), quando

[brasil/2016/04/11/opinion/1460390361\\_909016.html](http://brasil/2016/04/11/opinion/1460390361_909016.html).

<sup>26</sup> Como conta o jurista Fábio Konder Comparato, insuspeito de antipetismo, pois era um antigo simpatizante de Lula e foi contrário ao *impeachment* de Rousseff. Ele fez a sustentação oral na Corte contra a lei de anistia. (*Rede Brasil Atual*. «Judiciário é cúmplice de crimes contra a ditadura», 03/06/2016, disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/06/judiciario-e-cumplido-de-crimes-contra-a-humanidade-diz-comparato-1733.html>).



o PT irmanou-se com PSDB e PMDB, além de outros partidos, na repressão política aos manifestantes e movimentos sociais.

Creio que sejam mais interessantes poemas que não partam do simplismo político de que o Brasil vivia em plena democracia, derrubada em 2016 por políticos maus. A complexidade do momento, em que ex-aliados se combateram, mas poderão novamente entender-se amanhã por mais repressão política e atacar direitos humanos e o patrimônio público, creio, pode ser vista na obra do poeta carioca Alberto Pucheu.

Já no livro *Mais cotidiano que o cotidiano* (Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013), Pucheu tratava da pressão política que grassava, em aliança do governo federal com os estaduais. Sua obra mais recente, *Para que poetas em tempos de terrorismos?* (Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2017), foi escrita no calor dos acontecimentos da crise política. Um dos poemas, «O golpe», é desigual; o começo é interessante, constatando que «tudo me parece normal», mas depois se torna direto demais: “[...] se identificam em algum grau / com a maior quadrilha de bandidos / que este país parece ter algum dia tido, / com a quadrilha que rouba teto, terra, / dinheiro, tempo, saúde, emprego, comida, / cultura, que rouba o pouco que as pessoas têm»; o poema faz-se crônica, sem a intensidade de pensamento que caracteriza este autor.

Quero destacar outros dois, que foram publicados separadamente em 2016, com o mesmo título do livro de 2017, em uma coleção chamada «megamíni»: o poema homônimo e «Da impotência», que sofreu uma pequeníssima revisão para a segunda publicação.

Em ambos, reconhece-se de pronto a voz tão própria de Pucheu, que aposta no desguarnecimento de fronteiras (lembremos que deu o título *A fronteira desguarnecida* a uma de suas obras e à reunião de sua poesia entre 1993 e 2007) entre poesia e filosofia, verso e prosa: uma voz dirige-se a nós procurando pensar um tema.

É o que ocorre desde a questão do título (uma paródia de Hölderlin) do poema «Para que servem poetas em tempos de terrorismos?»; note-se o plural com que são tratados todos os substantivos. Maria João Cantinho vê no uso do terrorismo no plural a indicação de um «tempo em que um déficit de democracia é um dado incontornável»<sup>27</sup>, falar em mero déficit corresponde a um eufemismo, e o poema não cai nessa armadilha. O poeta acusa diversos terrorismos: do Estado, do capital, das religiões, os «poderes estabelecidos / que nos assolam»; o poema inclui uma lista exemplificativa de quem são os terroristas para aqueles poderes: a África, bebês, a educação, catadores de lata, índios, transexuais, pobres, mulheres, mosquitos... A estranha taxonomia poderia estar em um conto de Borges se não tivesse um fundamento explicitamente político: nesta «violência generalizada», o terrorista é «o outro», e os poetas sobrevivem impotentes. O poema continua:

*sobrevivemos, de algum modo, então, como os índios,  
como os garotos do tráfico, como os homens-bombas<sup>28</sup>,  
como os enlameados, como os mortos*

27 Cantinho, Maria João. «Alberto Pucheu: dizer, interrogar o (im)possível», *Caliban*, 05/07/2017, disponível em <https://revistacaliban.net/alberto-pucheu-dizer-interrogar-o-im-possivel-38845dd955af>.

28 Em vez de homens-bomba, o poeta, neste encadeamento de plurais, escolhe uma grafia que causa estranheza no português do Brasil.

*pelo tráfico, como os mortos pelos homens-bombas,  
como os mortos e desabrigados pelas mineradoras...  
mas nunca como os donos do tráfico, das indústrias  
bélicas, dos estados, dos que levam os homens-bombas  
a se tornarem homens-bombas (afinal,  
ninguém nasce homem-bomba  
como ninguém nasce poeta).  
o que sobrou para nós foi a nossa impotência,*

Esta passagem ocorre perto do final, que confessa o «despertencimento» nos tempos atuais. O poema imediatamente anterior a esse, nas duas publicações, chama-se justamente «Da impotência», a tratar e a cruzar os riscos dos revolucionários e os dos poetas. O poema, um dos melhores de Pucheu, parte da aposta de os poetas não mudarem nada, «senão / a primazia do sentido / ou um modo de se colocar diante dele», e que eles devem estar abertos para esta impotência, e, seguindo Foucault, não desejarem o poder. Cito esta passagem, com a irônica alusão a Maiakóvski:

*o gesto revolucionário coloca hoje  
um problema para qualquer tipo de poesia  
que não almeja, em hipótese alguma,  
chegar ao poder para transformar  
(ou não) a vida desde o poder.  
já houve poemas para a revolução  
francesa, já houve poemas  
para a revolução democrática,  
já houve poemas para a revolução  
comunista, já houve poemas  
a plenos pulmões para toda  
e qualquer revolução,  
porque se sabe que toda e qualquer revolução  
começa com a poesia,*

*mas, agora, ficou patente que,  
senão o poema, a poesia,  
com sua impotência definida,  
ainda que sem sair do lugar,  
de maneira imperceptível  
e sem alterar praticamente nada  
senão, de novo, a primazia do sentido  
ou um modo de se colocar diante dele,  
igualmente procede às revoluções,*

Se a impotência é um ponto de partida para o poeta, que não pode, sozinho, nem mesmo (lembro de Drummond) dinamitar a ilha de Manhattan, ela também é um diagnóstico do momento político, e qualquer ação política consequente deve partir dessa análise, em vez de fundar-se precariamente numa identificação apressada entre poesia e vida revolucionária.

Um trabalho sobre o golpe, mas iniciado em 2015, antes da consumação do afastamento da Presidenta, é o do *performer* e poeta maranhense Reuben da Rocha, com seu poema em seis breves volumes *Siga os sinais da brasa longa do haxixe* (São Luís: Pitomba, 2015-2016). O autor realiza uma interessante transposição temporal e imagina o fim deste século após um golpe em que se conjugaram o capital financeiro e a religião, levando a vários rebeldes a viverem em outros astros do universo. A teocracia financeira militarizada tomou o poder em vários planetas. Cito trechos de «Relatório do ex amante», do volume 3:

- 1.
- 1 solução info\_fluida viral vai contendo
- 1 desvio-imagem nível 7 foi inoculada
- em parte da população latinoamericana

situada entre Piauí Velho e Paraíba 6  
que passou a viver  
dentro d l núcleo autônomo temporal dentro deste tempo  
dentro d l ano que nunca foi computado  
e, assim, existe até hoje  
e por isso nunca existiu

[...]

5.

Arquipélago Brasil /Nova Colômbia  
+ Venezuela Colômbia Lunar devoradas  
em estado d exceção fervoroso  
sírios nas fronteiras  
litigam  
c/ as tempestades d verão  
evaporadas dos Balcãs

6.

caiu dos  
coturnos  
na Estrada  
d Damasco  
chegando  
no terreno  
dos índios  
krikati

7.

população vênus ucraniana acampada  
no vale d ossos entre a Grécia Posterior  
e Macedônia 1ª os 175qm + 4m d altura do arame farpado  
do muro ( ir a baixo )  
que cerca a Hungria c/ a Sérvia, a espera  
d Dom Sebastião voltar à Terra

Sobre esse livro, escrevi que «A série de Reuben amplia extragalacticamente a geopolítica dos deserdados e dos indesejáveis, e a luta contra o “Estado-chacina”. No “Relatório do ex amante:” (n.º 3), os trabalhadores, em situação análoga à de escravos, vêm de diversas regiões; os muros e as cercas contra estrangeiros continuam no fim do século, bem como a esperança messiânica»<sup>29</sup>.

A saga concentra-se na revolta, que congrega personagens como Maria Estrela Forte (uma astronauta travesti; o poema inicia-se com uma relação sexual entre ela e seu namorado ex-prefeito, «surpreendido por l jato forte qente perolado d porra trans»), a hacker Ka’apor e a Peixeira Tenaz. A linguagem adotada pelo poeta, às vezes quase telegráfica, lembra a das pichações (um dos temas do poema) e encarna o espírito dos combates empreendidos pelas minorias e pelos subalternos.

A gari insurgente do fim do século é da mesma etnia de Sônia Guajajara, liderança da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Ela contrapõe-se ao bandeirantismo extragaláctico: «no subsolo, onde a Paróquia do Extermínio armazenava, sob as ossadas dos santos bandeirantes, suas embarcações de guerra» (n.º 1, «o sol nascer visto dele msm»). Em tais lutas, temos o que o poema chama de núcleos autônomos, que os poderes tentam invisibilizar, pretendendo sua inexistência simbólica para empreender mais facilmente massacres concretos.

As lutas pela terra pelos povos originários e pelas comunidades tradicionais são estratégicas,

29 «Reuben da Rocha, o haxixe extragaláctico e o pertencimento ao planeta», 21/01/2017, disponível em <http://opalcoemundo.blogspot.com.br/2017/01/reuben-da-rocha-o-haxixe-extragalactico.html>

conectando, no trecho citado, Damasco a territórios indígenas. No caso do povo Krikati, que vive no Maranhão e teve suas terras invadidas por fazendeiros, a Fundação do Índio começou em 1999 o processo de extrusão, que ainda não terminou. Esse povo vive hoje em «uma terra devastada, com poucas matas, sem caça e sem peixes»<sup>30</sup>.

A situação da terra devastada é emblemática não só para esse povo indígena, mas para outros e, sob outras dimensões, para toda a sociedade brasileira, com reflexos na literatura. Eduardo Sterzi indica como a antiga imagem da terra devastada foi retomada por poetas contemporâneos brasileiros como «paisagem contaminada por uma impotência que é, hoje, coletiva — afinal, nas democracias, o poder soberano, outrora concentrado na figura do rei, está, pelo menos formalmente, com o povo»<sup>31</sup>.

Os povos indígenas, com suas visões de mundo contrárias à devastação, estão na vanguarda das lutas anticapitalistas na América Latina; é o caso dos Zapatistas no México. Temer, em nova retomada dos tempos da ditadura militar (regime genocida que massacrava ao menos 8350 indígenas, segundo a Comissão Nacional da Verdade), nomeou um general para chefiar a Fundação do Índio. São esses povos que estão na resistência direta contra o latifúndio, as mineradoras e as madeireiras, privilegiados pelo Estado brasileiro, que escolheu inserir-se na ordem econômica mundial como exportador de matérias primas<sup>32</sup>.

30 Informações do Instituto Socio-Ambiental, disponíveis nesta ligação: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/krikati/1619>

31 Sterzi, Eduardo. «Terra devastada, persistências de uma imagem», *Remate de Males*, Campinas, pp. 95-111, jan./jun. 2014, p. 107, disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635834>.

32 Esse é um dos «limites do progressismo» na América Latina,

O gesto poético de Reuben da Rocha de apostar as possibilidades futuras de luta naquelas visões indígenas, bem como a ênfase do poema nas questões de costumes (incluindo as questões de identidade de gênero e de orientação sexual), parece-me ser de uma profunda atenção ao presente; em tal campo, também temos na atualidade um ressurgimento de fantasmas de 1964.

#### 4. Fantasmas de 1964 e os corpos e os costumes em 2017

O dia da decisão da admissibilidade do processo de *impeachment* marcou-se por uma manifestação de rompimento radical com a democracia nas palavras do deputado federal pelo Rio de Janeiro Jair Bolsonaro, que, votando contra Rouseff, elogiou um dos maiores assassinos e torturadores da ditadura militar segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, que, caso único no Brasil, foi declarado torturador pelo Judiciário, em processo movido pela família Teles<sup>33</sup>. Neste ano de 2017, o deputado já foi condenado por

---

não só no Brasil, segundo Decio Machado e Raúl Zibechi, e levou a alianças com as classes dominantes tradicionais, como os latifundiários (ver o ensaio homônimo no livro organizado por esses mesmo autores, *Cambiar el mundo desde arriba: Los límites del progreso*, Carcaixent; Málaga: Baladre, Zambra, 2017).

33 Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles trabalhavam no setor de imprensa do PCdoB, que estava na ilegalidade; foram presos e seus dois filhos, Janaina e Edson Teles foram sequestrados, com 5 e 4 anos de idade respectivamente, para ver os pais que estavam sob o efeito da tortura. Sobre esta história e a de outras crianças atingidas pela ditadura, ler, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo «Rubens Paiva», *Infância roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, São Paulo, 2014, disponível em [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf).

declarações racistas contra os negros e por declarações homofóbicas, além de ter confirmado pelo Judiciário a condenação a indenizar deputada do PT, Maria do Rosário, por ter afirmado que ela não «merecia ser estuprada». Não só ele está a fazer ilegalmente campanha presidencial pelo país, como tem significativa expectativa de voto e aceitação pelo «mercado».

A conjuntura política hoje é favorável a políticos de posições assemelhadas ao fascismo. A ascensão de Trump, com quem Bolsonaro tem tentado se comparar, de fato animou grupos fascistas e neonazistas pelo planeta, não só nos Estados Unidos, que passaram a ter marchas neonazistas, algo impensável em 1945.

Esta retomada autoritária da conjuntura política, com suas consequências no campo moral, parece revisitar e retomar, no discurso e na prática de seus agentes, a doutrina de segurança nacional, tal como começou a ser formulada pelos militares brasileiros ainda antes do golpe de 1964. No sul do país, em novembro de 2017, um debate sobre literatura LGBT na Feira do Livro de Porto Alegre teve que ser transferido duas vezes de lugar em razão de ameaças de grupos conservadores<sup>34</sup>, os mesmos que protestaram naquela cidade contra a exposição Queermuseu — *Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, enfim cancelada pelo Santander, e impedida de

34 Especialmente o «Movimento Brasil Livre», que, depois de pago por partidos políticos para insuflar protestos pela derrubada do governo de Dilma Rousseff, passou a dedicar-se à censura (o nome «Brasil Livre» é uma espécie de deboche) e a questões morais. Ver a matéria «Mesa sobre literatura LGBT é transferida novamente por medo de violência», *O Globo*, 11/11/2017. <<https://oglobo.globo.com/cultura/2017/11/10/2274-apos-ameacas-mesa-sobre-literatura-lgbt-muda-de-local-por-seguranca>>.

ser exposta em museu no Rio de Janeiro em razão do veto oposto pelo prefeito e bispo da Igreja Universal, Marcelo Crivella<sup>35</sup>. O populismo religioso fundamentalista, aliado desses grupos, tem levado a ataques armados contra as religiões afro-brasileiras e às ameaças aos direitos das mulheres (a bancada fundamentalista planeja proibir o aborto em todos os casos no país).

Situa-se a liberdade de pensamento, como sói acontecer nesses momentos de onda autoritária: pululam pelo país projetos legislativos de lei de mordaza para professores (intitulada, com todo deboche, de «escola sem partido»), que retoma a doutrina de segurança nacional da ditadura), e alguns intelectuais são pessoalmente ameaçados. Em novembro de 2017, Judith Butler e sua esposa foram alvo de uma campanha para impedir a filósofa de falar no Brasil, sob a alegação de que ela incentivava a «ideologia de gênero», a pedofilia e o bestialismo. Os militantes eram poucos, na verdade, mas receberam toda a atenção da grande imprensa brasileira, que tem se esforçado em normalizar o fascismo, apesar da resistência da maioria da população brasileira, que não adere à maior parte dessas causas conservadoras<sup>36</sup>, o que não pode ser deduzido das redes sociais, contaminadas por milhares de robózninhos de direita.

35 Martín, Maria. «Crivella veta no Rio a exposição Queermuseu, censurada em Porto Alegre», *El País*, 04/10/2017, disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/cultura/1507068353\\_975386.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/cultura/1507068353_975386.html).

36 Pesquisa recente confirma que a maior parte da população é favorável ao matrimônio igualitário, por exemplo: Mendonça, Ricardo. «Pesquisa sugere baixa adesão de brasileiros a teses conservadoras». *Valor*, 17/11/2017, disponível em <http://www.valor.com.br/politica/5196405/pesquisa-sugere-baixa-adesao-de-brasileiros-teses-conservadoras>

Essa direita que deseja abertamente o genocídio, a tortura, o racismo, o sexismo, a transfobia, a homofobia, diz fazê-lo (seja por cálculo, por estupidéz ou loucura) em combate ao socialismo e ao anarquismo, como se o país estivesse a um passo de uma revolução promovida pela esquerda!

Os fantasmas de 1964, jamais devidamente exorcizados, reasombram o presente e discursos do tempo da Guerra Fria são retomados contra a esquerda, mesmo contra a esquerda que foi derrubada da presidência, que não tinha nada de anticapitalista. Ouve-se, em diversas declarações dos conservadores de hoje, que o pudor e o espaço me impedem de repetir, o mesmo ridículo dos textos golpistas do poeta Augusto Frederico Schmidt na década de 1960: «É a cubanização do Brasil que o Sr. João Goulart está levando a efeito entre nós, consciente ou inconsciente»<sup>37</sup>; isto é, «um comunismo bananista com as praias cheias de banhistas e a miséria se enraizando em toda parte»<sup>38</sup>.

Dessa forma, creio que os poetas de hoje poderiam rever as estratégias poéticas da geração dos anos 1970, que apostou nas políticas dos costumes e do corpo contra o conservadorismo, entre eles Ana Cristina Cesar, que já citei, para fazer a poesia voltar à ordem do dia. Um dos autores que tem seguido esse caminho é Angélica Freitas, que, como escrevi em 2012, aposta numa «identidade feminina insubmissa, que deseja uma felicidade que necessariamente incomodará a ordem», em «um tremendo soco poético»<sup>39</sup>; ou, em 2013,

37 Augusto Frederico Schmidt. *Prelúdio à revolução*. Rio de Janeiro, Edições do Val, 1964, p. 161.

38 *Op. cit.*, p. 159.

39 «Angélica Freitas e o tamanho da insurgência», disponível em <http://opalcoemundo.blogspot.com.br/2012/10/angelica-freitas-e->

vendo nela a herança de Ana Cristina Cesar, «um feminino pronto para o combate»<sup>40</sup>. No fim de 2017, o livro *Um útero é do tamanho de um punho* será relançado, e é de ver se suscitará mais reações na esfera pública mais polarizada do que há cinco anos.

Outro caminho é a questão da «perda da terra», de que tratei em outro texto para o número 10 da *Cão Celeste*, que os poetas contemporâneos brasileiros têm tratado em várias dimensões, ignoradas pela antologia de férias da poesia brasileira recentemente publicada em Portugal. A perda da democracia é uma dessas dimensões, e das mais urgentes.

---

-o-tamanho-da.html.

40 «Annita Costa Malufe e Angélica Freitas: Ana C. e a poesia contemporânea brasileira», disponível em <http://opalcoemundo.blogspot.com.br/2013/05/annita-costa-malufe-e-angelica-freitas.html>.